

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, AUTORIDADE COMPETENTE PARA JULGAMENTO DE RECURSO NO ÂMBITO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2025.

METAL SERVICE EQUIPAMENTOS E MANUTENÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 25.706.184/0001-30, com sede na Avenida Deputado Antonio Adib Chammas, nº 3033, Ponte Seca, Ribeirão Pires/SP, por seu representante legal infra-assinado, vem, respeitosamente, com fundamento nos arts. 165 e seguintes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações), interpor o presente

RECURSO ADMINISTRATIVO

contra a decisão de inabilitação proferida pela Pregoeira no âmbito do Pregão Eletrônico nº 13/2025, mantida em 12/11/2025, conforme registro no chat do processo, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos.

DOS FATOS

1. A Recorrente participou regularmente do Pregão Eletrônico nº 13/2025, promovido pela Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto, com objeto de contratação de serviços para fabricação e instalação de abrigos de ônibus, tendo sido classificada em primeiro lugar na fase de lances em 10/11/2025.
2. Em 10/11/2025, às 15:02:07, a Pregoeira anunciou a inabilitação da Recorrente, alegando descumprimento do item 7 do Termo de Referência e ausência do item 9.12.1.1 do edital (certidões de registro da empresa e do profissional responsável no CREA ou CAU). A Recorrente contestou imediatamente via chat, destacando que todos os documentos foram anexados no campo "outros documentos" do sistema BLL Compras, incluindo contrato de prestação de serviços técnicos assinado digitalmente em 15/10/2024 com vigência de 12 meses; Certidão de Acervo Técnico (CAT) nº 2620250017772 emitida em 10/10/2025; Atestado de Capacidade Técnica da AESA datado de 02/10/2025 (detalhando 18 abrigos com cobertura em ACM, tratamento anticorrosivo e pintura epóxi); Atestados da Viação Piracicabana de 06/11/2024 (abrigos na praia com galvanização e pintura anticorrosiva) e de 26/04/2023 (qualificação para abrigos com fundação e concretagem); Atestado da Mako de 02/09/2023 (cobertura metálica com aço ASTM A36); Atestado da Prefeitura de Ribeirão Pires de 15/03/2023 (construção de abrigos de ônibus); e Certidão de Responsabilidade Técnica de Pessoa Jurídica nº CI-3659584/2025 emitida em 23/06/2025, comprovando registro ativo da empresa no CREA-SP nº 2571442 e vínculo do responsável técnico Bruno de Oliveira Ribeiro (CREA-SP nº 5069455100) desde 23/10/2024.
3. Em 12/11/2025, às 11:03:11, a Pregoeira manteve a inabilitação, alegando expiração do contrato de prestação de serviços em 15/10/2025 (após 12 meses da assinatura em 15/10/2024) e ausência de vínculo técnico vigente, além de não localização das certidões, apesar da verificação minuciosa com o Setor Demandante. A sessão foi paralisada várias vezes para análises de outras empresas, com prazos estendidos (ex.: 48 horas para JEFFERSON PLÁCIDO ENGENHARIA LTDA ME em 12/11/2025, e adições para ANANIAS GARRIDO RAMOS EIRELI em 19/11/2025 e 27/11/2025), habilitando-a em 27/11/2025 com parecer técnico positivo, após envios de documentos complementares em

- 19/11/2025, 26/11/2025 e 27/11/2025.
4. Em 17/11/2025, a Pregoeira inabilitou a JEFFERSON PLÁCIDO ENGENHARIA LTDA ME por certidões vencidas ou emitidas após a abertura (10/11/2025), citando art. 64, I, da Lei nº 14.133/2021. Para a ANANIAS GARRIDO RAMOS EIRELI, concedeu prazos adicionais (48 horas em 17/11/2025, extensão em 19/11/2025 para 24/11/2025, e adição em 27/11/2025), habilitando-a em 27/11/2025 com parecer positivo, após envios de documentos complementares em 19/11/2025, 26/11/2025 e 27/11/2025.
 5. O certame avançou para manifestação de recurso apenas em 27/11/2025, às 15:03:53, com aguardo de prazos recursais.

DOS FUNDAMENTOS DE DIREITO

1. Da Validade da Certidão CREA Apesar da Alegada Expiração do Contrato

A inabilitação por "contrato expirado" é irregular, pois a Certidão de Responsabilidade Técnica de Pessoa Jurídica nº CI-3659584/2025, emitida em 23/06/2025 pelo CREA-SP, comprova o registro ativo da empresa (nº 2571442) e o vínculo do responsável técnico Bruno de Oliveira Ribeiro (CREA-SP nº 5069455100) desde 23/10/2024, válida até alterações cadastrais no conselho, conforme consta no documento.

O edital (página 23, item 7 do Termo de Referência) exige certidões "válidas na data prevista para entrega dos envelopes" (10/11/2025), e a certidão atende, prevalecendo sobre o contrato particular, conforme Resolução CONFEA nº 1.025/2009. A expiração do contrato em 15/10/2025 não foi registrada como alteração no CREA-SP, mantendo a certidão válida na data da abertura do certame (10/11/2025).

De acordo com a Resolução CONFEA nº 1.025/2009, **a certidão emitida pelo conselho é o documento oficial de comprovação de vínculo técnico, prevalecendo sobre o contrato particular**, desde que não haja baixa formal.

A Lei nº 14.133/2021, art. 64, §1º, considera certidões válidas até 180 dias após emissão se não houver vencimento explícito, e a jurisprudência do TCU aceita documentos com validade formal na data de apresentação da proposta, mesmo com expiração posterior, **se sem prejuízo à isonomia** (Acórdão nº 1.211/2021-TCU-Plenário).

Os atestados e CAT reforçam a capacidade técnica, atendendo ao item 7 do Termo de Referência e item 9.12.1.1 do edital.

2. Da Falta de Diligência e Motivação da Decisão

A Pregoeira violou o art. 66 da Lei nº 14.133/2021 ao não realizar diligência para sanar falhas formais, como solicitar comprovação de renovação do vínculo ou verificação direta no site do CREA-SP (www.creasp.org.br), apesar das contestações da Recorrente em 10/11/2025 e 12/11/2025.

O edital (página 5, item 5.1.3) limita prazos para regularização fiscal de ME/EPP, mas o item 7.25 (página 7) permite 2 horas para diligência em propostas, aplicado a JEFFERSON em 12/11/2025 para certidão fazendária.

A alegação de "não localização" ignora os documentos anexados em 10/11/2025 no campo "outros documentos", ferindo o dever de motivação detalhada (art. 8º da Lei nº 14.133/2021). **O TCU é pacífico em exigir diligência antes de inabilitação por irregularidades sanáveis** (Acórdão nº 505/2021-TCU-Plenário).

3. Da Violação ao Princípio da Isonomia nos Prazos e Análises

A análise desigual dos documentos — superficial e rápida para a Recorrente (inabilitação em poucas horas em 10/11/2025, mantida em 12/11/2025), em contraste com prazos estendidos concedidos a outras empresas (ex.: 48 horas para JEFFERSON em 12/11/2025 visando regularizar certidão; e adições sucessivas para ANANIAS em 17/11/2025, 19/11/2025 e 27/11/2025, culminando em habilitação após parecer positivo) — configura violação ao princípio da isonomia (art. 5º da Lei nº 14.133/2021).

Evidencia-se, ainda, que as múltiplas pausas informais e suspensões do certame (ex.: de 10/11/2025 para 12/11/2025; de 17/11/2025 para 19/11/2025 e 24/11/2025; de 26/11/2025 para 27/11/2025) descumprem o art. 74 da Lei nº 14.133/2021, que exige motivação clara e fundamentada para tais interrupções.

O TCU, em diversos precedentes, anula atos administrativos por desigualdades em prazos e diligências, determinando o retorno do certame à fase de habilitação quando constatada irregularidade na desclassificação de licitante por ausência de documentos sanáveis mediante diligência para correção de falhas formais (Acórdão 1.211/2021-TCU-Plenário), além de firmar o entendimento de que tal ausência constitui ilegalidade no procedimento licitatório (Acórdão 966/2022-TCU-Plenário).

4. Da Inobservância de Precedentes do TCU e Normas do CREA-SP

A decisão ignora orientações do TCU para flexibilidade em documentos técnicos, priorizando certidões oficiais do CREA sobre contratos particulares. A norma do CREA-SP (baseada na Lei nº 5.194/1966) considera o registro ativo enquanto não houver baixa formal, como no caso da certidão emitida em 23/06/2025.

DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se:

- a) O recebimento e provimento do presente recurso, com a anulação da inabilitação e declaração de habilitação da Recorrente, prosseguindo-se o certame com sua proposta vencedora;
- b) Subsidiariamente, a intimação da Pregoeira para defesa prévia quanto às irregularidades apontadas, sob pena de responsabilização pessoal nos termos do art. 178 da Lei nº 14.133/2021.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Ribeirão Pires/SP, 28 de novembro de 2025.

METAL SERVICE EQUIPAMENTOS E MANUTENÇÃO LTDA
Thiago Santinelli
CPF nº 353.210.478-47

